



Nota de repúdio ao projeto do governo Ratinho Jr. de militarização da educação

Não se passou nem uma semana da ampliação do número de escolas públicas militarizadas do Paraná de 206 para 288 e, segundo a APP-Sindicato, o governador Ratinho Jr. e seu secretário de educação, Roni Miranda, pretendem, ainda neste ano de 2023, colocar mais 28 unidades sob a tutela militar. Em um contexto de encerramento do programa federal de “educação cívico-militar”, o Sindiprol/Aduel repudia e se opõe à consolidação do Paraná como vanguarda de um modelo escolar antidemocrático.

Na semana passada, enquanto 44 rejeitaram o modelo, outras 82 escolas “consultadas” votaram a favor da adesão ao projeto militar de educação proposto. Inúmeras são as denúncias de autoritarismo, coação, censura e uso da máquina pública por parte do governo, além de cerceamento a manifestações contrárias e de práticas abertamente antissindicaais – todas marcas que reconhecemos como características da administração Ratinho Jr.

Atualmente, são mais de 121 mil estudantes, majoritariamente filhas e filhos da classe trabalhadora, para os quais, segundo nota do Sindicato Nacional (Andes-SN), a “educação cívico-militar” significa a imposição sistemática de censura e intimidação à expressão de ideias, comportamentos e expressões políticas. Com a expansão do processo de militarização, esse número pode chegar a quase 200 mil estudantes.

O Sindiprol/Aduel denuncia e repudia esse modelo desde 2020, quando o governo se aproveitou da pandemia e do apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro, até hoje um aliado do mandatário paranaense, para instituir o programa estadual. Ao mesmo tempo que arrocha os salários e precariza as condições de trabalho, tal projeto ainda garante uma boquinha generosa para militares aposentados fiscalizarem roupas, cortes de cabelo e a cor das unhas. Não à militarização da educação! Escola não é quartel!

Londrina, 5 de dezembro de 2023.